



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2024

Estabelece os procedimentos, critérios, organização e funcionamento dos Programas de Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular mais contraturno nas instituições de ensino da rede municipal que ofertam a Educação Infantil e o Ensino fundamental- Anos Iniciais e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil- CMEIs, no Município de Coronel Vivida-PR.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei n.º 2.991/2020, de 27 de abril de 2020;

- Considerando a Lei Municipal n.º 2.928, de 27 de junho de 2019;
- Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988;
- Considerando o disposto na Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial os artigos 27, 34 e 87;
- Considerando o disposto na Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional da Educação - PNE;
- Considerando o disposto na Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- Considerando o disposto na Resolução n.º 04 - CNE/CEB, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação básica, em especial os artigos 12 e 13;
- Considerando o disposto no Parecer CNE/CP n.º 15/2017;
- Considerando o disposto na Lei Municipal n.º 2.661 de 22 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Coronel Vivida;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Estabelecer os procedimentos, critérios, organização e funcionamento dos Programas de Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular mais





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

contraturno, nas instituições de ensino da rede municipal que ofertam a Educação Infantil e o Ensino fundamental- Anos Iniciais e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), no Município de Coronel Vivida-PR.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º A presente Instrução Normativa abrange a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, especificamente as unidades da rede municipal que ofertam a Educação Infantil e o Ensino fundamental - Anos Iniciais, em espaço próprio para atendimento de Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular mais contraturno através de Programas ofertados por esta Secretaria e/ou parcerias com outras instituições, parcerias estas formuladas através de convênio prévio e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil no Município de Coronel Vivida-PR.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DOS RESPONSÁVEIS PELO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

- I- cumprir e fazer cumprir as presentes disposições legais, bem como as orientações definidas pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto;
- II- orientar a implantação e implementação de todas as atividades dos Programas que compõem a Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular mais contraturno e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil;
- III- definir e orientar encaminhamentos pedagógicos em consonância com os referenciais teórico-metodológicos que subsidiam a Política de Educação em Tempo Integral de Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular mais contraturno e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil;
- IV- subsidiar o Plano de Trabalho das atividades que compõem os Programas de Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular mais contraturno e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil;
- V- orientar e acompanhar o trabalho dos coordenadores pedagógicos nas escolas responsáveis pelos Programas e CMEIs, no que se refere à organização e ao funcionamento das atividades, Plano de Trabalho e demais encaminhamentos;
- VI- propor formação continuada para os profissionais que atuam nas atividades dos Programas e CMEIs;
- VII- orientar os professores quanto à utilização de materiais didáticos de apoio;
- VIII- orientar e emitir, quando necessário, parecer técnico sobre projetos de eventos, como feiras, festivais e amostras culturais, aulas de campo, dentre outros relacionados às atividades dos Programas e CMEIs;





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- IX- apoiar ações que favoreçam trocas de experiências e aprimoramento da formação dos estudantes e professores, bem como a divulgação dos resultados das atividades;
- X- orientar o processo e abertura de turmas e demandas das atividades dos Programas e CMEIs;
- XI- monitorar as matrículas dos estudantes;
- XII- cancelar a oferta das atividades dos Programas de Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular mais contraturno quando houver redução do número de estudantes matriculados, após monitoramento contínuo, tendo em vista o atendimento ao número mínimo de matrículas, e/ou quaisquer outras situações que não atendam ao contido/ definido nesta Instrução, e remanejar a oferta, quando necessário;
- XIII- mediar o processo de elaboração e tramitação de convênios e parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e/ou outros órgãos, entidades ou instituições;
- XIV- realizar auditoria técnica, administrativa e pedagógica, quando necessário;
- XV- articular relações intersetoriais entre as equipes dos departamentos, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e/ou outros órgãos, para o tratamento das questões referentes à sistema, demanda, suprimento, vida legal dos estudantes, registro escolar e outras que se fizerem necessárias para o funcionamento das atividades dos Programas que compõem a Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil;
- XVI- designar uma coordenadora pedagógica para acompanhar e dar suporte para as atividades dos Programas e CMEIs;
- XVII- incentivar eventos para expor os trabalhos, atividades, apresentações artísticas realizadas nos Programas que compõem a Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 4º Compete às equipes coordenadoras pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

- I- planejar e definir, juntos com as instituições de ensino, a oferta dos Programas e CMEIs, respeitando os critérios preestabelecidos;
- II- auxiliar na distribuição de aulas das atividades dos Programas e CMEIs;
- III- promover reuniões com a direção, a equipe pedagógica e os professores das atividades dos Programas que compõem a Ampliação de Jornada Escolar com atividades Curriculares Complementares - turno regular e da Educação em Tempo Integral ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil, objetivando orientá-los sobre os aspectos pedagógicos e legais;
- IV- orientar a elaboração dos Planos de Trabalho das atividades dos Programas e CMEIs em consonância com o Projeto Político-Pedagógico com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Regimento Escolar;
- V- orientar a instituição de ensino sobre a substituição de estudantes nas atividades dos Programas e CMEIs, quando houver abandono/desistência, bem como a inserção da sua matrícula no SERE;
- VI- analisar com a direção, equipe pedagógica e professor(es) das atividades, as situações que requerem atenção, especialmente aquelas relacionadas ao ensino e aprendizagem e ao abandono, entre outras, para a proposição de ações de superação dos desafios identificados;
- VII- orientar e acompanhar as instituições de ensino quanto ao desenvolvimento das atividades;





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- VIII- orientar a elaboração de projetos para eventos, como feiras, amostras, festivais culturais, aulas de campo entre outros, para que estejam em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino e o Plano de Trabalho, de modo a proporcionar a articulação entre a comunidade e estudantes, assegurando a divulgação do resultado das atividades e a troca de experiências;
- IX- apoiar ações que favoreçam trocas de experiências e aprimoramento da formação dos estudantes e professores, bem como a divulgação dos resultados das atividades;
- X- substituir docente e/ou cancelar as aulas da instituição de ensino, caso sejam identificadas irregularidades nas atividades dos Programas e CMEIs, conforme disposto nesta Instrução com amparo na Legislação Vigente;
- XI- articular relações intersetoriais entre as equipes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e/ou outros órgãos, para o tratamento das questões referentes à sistema, demanda, suprimento, vida legal dos estudantes, registro escolar, e outras que se fizerem necessárias para o funcionamento das atividades dos Programas.

Art. 5º Compete à equipe pedagógica das instituições de ensino:

- I- cumprir e fazer cumprir as presentes disposições legais, bem como as orientações definidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- II- realizar reuniões com o Conselho Escolar para apresentar os aspectos legais e pedagógicos dos Programas e CMEIs, com o objetivo de subsidiar a escolha daqueles que serão ofertados na instituição de ensino;
- III- solicitar à secretaria da escola a efetivação das matrículas dos estudantes no SERE e, quando houver abandono/desistência, realizar sua substituição com a inserção de novas matrículas, em qualquer época do ano, a fim de manter o número mínimo de estudantes de cada Programa e CMEIs, definidos nesta Instrução;
- IV- entrar em contato com pais ou responsáveis legais dos estudantes matriculados nas atividades, que apresentarem 05 (cinco) faltas consecutivas ou 07 (sete) alternadas, antes de proceder com a substituição deles;
- V- monitorar, continuamente, as matrículas dos estudantes nas atividades dos Programas;
- VI- comunicar a equipe pedagógica dos Programas, por meio de registros (relatórios, planilhas, e-mail), os pontos de atenção para solucionar as questões específicas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto/instituições de ensino no decorrer do ano;
- VII- atender às solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, dentro dos prazos estabelecidos.

Art. 6º Compete aos professores:

- I- cumprir as presentes disposições legais, bem como as orientações definidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- II- elaborar o Plano de Trabalho de cada atividade articuladas com a Proposta Pedagógica Curricular e em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino, conforme instruções da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- III- participar do Conselho de Classe e apresentar o percurso formativo dos estudantes, de forma a contribuir para a consolidação do processo educativo na instituição de ensino;
- IV- comunicar à equipe pedagógica da instituição de ensino sobre os estudantes faltosos na atividade;





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- V- participar de reuniões e/ou formação continuada promovidas pela instituição de ensino, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, NRE ou outros;
- VI- participar de momentos de estudos, discussões e socialização de experiências sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes que participam das atividades;
- VII- preencher e entregar, no prazo estabelecido pela instituição de ensino ou da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, toda documentação que lhe for solicitada;
- VIII- acompanhar o desenvolvimento do percurso formativo dos estudantes, preferencialmente por meio de portfólio das atividades realizadas, evidenciando com fotos, vídeos, textos, relatos e demais produções, e com arquivo na instituição de ensino, para apreciação, sempre que necessário;
- IX- registrar a frequência dos estudantes e os conteúdos das suas atividades no Livro Registro de Classe On-line LRCOM, que deverá ser preenchido por turma e por atividade.

CAPÍTULO IV DAS ESPECIFICIDADES DA OFERTA

Art. 7º O planejamento da quantidade de turmas dos Programas para cada ano letivo, nas instituições de ensino da rede pública municipal, será definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a partir dos seguintes critérios preestabelecidos:

- I- após o diagnóstico, interesses e expectativas dos estudantes, será definido e proposta atividades das Oficinas e Projetos Curriculares.
- II- relevância pedagógica das atividades para a contribuição efetiva na aprendizagem e formação humana do estudante, por meio de encaminhamentos metodológicos diferenciados;
- III- qualidade na oferta de cada Programa, verificado a partir de avaliação realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- IV- as atividades autorizadas deverão ser desenvolvidas durante o ano letivo correspondente, não sendo permitida alteração de atividade, turno e/ou etapa de ensino, uma vez que há necessidade de considerar o percurso formativo dos estudantes, expresso no Plano de Trabalho de cada atividade dos Programas;
- V- todos os estudantes participantes dos Programas deverão ser matriculados na rede municipal na Educação Infantil, no Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Art. 8º Para o planejamento de turmas dos Centros Municipais de Educação Infantil, será realizado estudo do cadastro de vagas online, que atenda a demanda expressa pela mesma.

Art. 9º Todos os alunos da rede municipal de ensino têm direito à inscrição no programa; e os seguintes critérios podem ser considerados:

- I- alunos do Ensino Fundamental- anos iniciais que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- II- crianças vítimas e filhos de vítimas de violência doméstica, de natureza física e/ou sexual, mediante comprovação, conforme prevê a Lei n.º 2928, de 27 de junho de 2019.
- III- estudantes em situação de vulnerabilidade social; situação de risco (art.98 ECA), encaminhados pela rede de atendimento ao Conselho Tutelar.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Art. 10 As atividades dos Programas poderão ser desenvolvidas em espaços externos à instituição de ensino, desde que com anuência do Conselho Escolar disponíveis na comunidade onde ela esteja situada, que não ofereçam riscos à integridade dos estudantes e com autorização prévia dos responsáveis.

CAPÍTULO V DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 11 A presente Instrução Normativa será amplamente divulgada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e nas unidades escolares.

Art. 12 Esta Instrução Normativa será atualizada sempre que fatores Organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, bem como para manter o processo de melhoria contínua dos serviços.

Art. 13 As dúvidas oriundas desta Instrução Normativa ou casos omissos serão resolvidos por esta Secretaria.

Art. 14 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Vivida, 04 de julho de 2024.



GRASIELI CERBATTO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Grasieli Cerbatto
Secretária Municipal de
Educação Cultura e Desporto
Decr. 8.579, de 02/01/2025

